

LÍNGUA E SOCIEDADE: HORIZONTES TEÓRICOS DA LINGUÍSTICA DE ÉMILE BENVENISTE

LANGUAGE AND SOCIETY: THEORETICAL HORIZONS OF ÉMILE BENVENISTE'S LINGUISTICS

Fábio Aresi¹ (UFRGS)

RESUMO

É meu objetivo neste trabalho realizar uma leitura da obra benvenistiana guiada a partir de seu artigo intitulado “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (publicado no segundo volume de *Problemas de linguística geral*), estudo no qual o linguista trata de maneira mais direta a problemática acerca da relação entre língua e sociedade, buscando investigar em que medida esse tema (transversal a toda a sua produção intelectual) permite subsidiar uma perspectiva possível para a análise linguística. Assim, em um primeiro momento, efetuo uma revisão de como a relação entre língua e sociedade é abordada no texto em questão, para então, em um segundo momento, analisar como essa visão de língua e sociedade se manifesta nos trabalhos descritivos de Benveniste, tomando como exemplo o artigo “Dois modelos linguísticos da cidade” (também publicado no segundo volume de *Problemas de linguística geral*). Por fim, termino a discussão questionando sobre o alcance teórico dessa reflexão para a análise linguística como um todo. A conclusão é a de que, ao conceber a relação entre língua e sociedade a partir de um viés “semiológico”, isto é, a partir de uma relação de “interpretante” com “interpretado”, Benveniste abre à linguística a possibilidade de novos desdobramentos teóricos. Desse modo, a formulação “a língua contém a sociedade”, resultante da visada semiológica, pode ser tomada como o princípio metodológico de uma linguística de caráter antropológico, sediada na relação entre língua e sociedade.

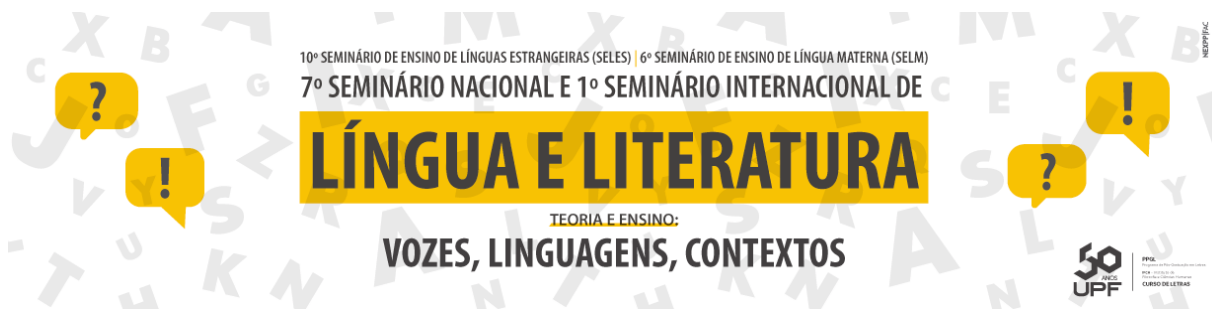
Palavras-chave: Émile Benveniste; língua; sociedade.

ABSTRACT

It is my goal in this paper to perform a study of Émile Benveniste's work guided by his article titled “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (as published in the second volume of *Problemas de linguística geral*), text in which the linguist approaches directly the problematic about the relation between language and society, in order to investigate in which extent this topic (transversal to all his intellectual work) allows a possible theoretical perspective for linguistic analysis. Thus, at a first moment, I try to summarize how the relation between language and society is considered in the article previously mentioned, so that, afterwards, I can analyze how this relation is manifested in Benveniste's descriptive studies, taking as example the article “Dois modelos linguísticos da cidade” (also published in the second volume of *Problemas de linguística geral*). Finally, I inquire about the theoretical range of such thinking to linguistics as a whole. My conclusion is that, by considering the relation between language and society from a “semiologic” point of view, that is, a relation between “interpreter” and “interpreted”, Benveniste widens the linguistics' horizon to new theoretical possibilities. Thereby, the formula “language contains the society”, resultant from the semiologic perspective, can be considered as the methodological principle of a linguistics based on the relation between language and society.

Keywords: Émile Benveniste; language; society.

¹ Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES de Doutorado em Letras pela mesma instituição.



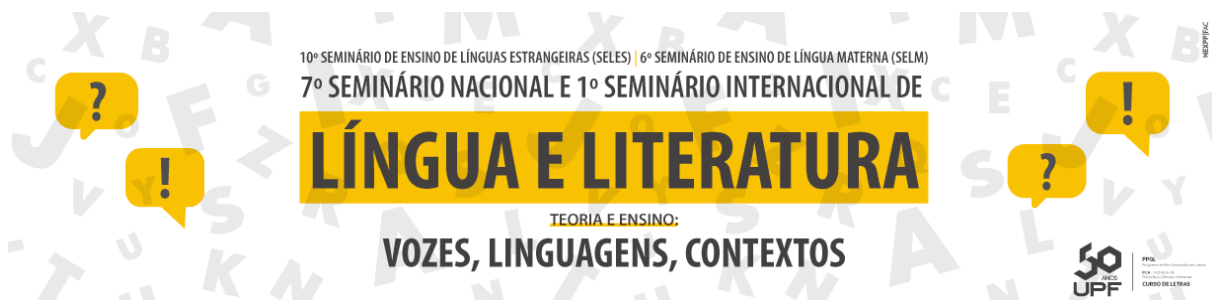
1 INTRODUÇÃO

Apesar de não constituir propriamente uma novidade, acredito que a questão acerca da amplitude teórica do pensamento de Émile Benveniste nunca foi tanto o centro da discussão em torno de sua obra quanto hoje. Até poucos anos atrás, o alcance do linguista, ao menos no cenário brasileiro, limitava-se ao que tradicionalmente se convencionou chamar de Teoria da Enunciação, especialmente no que diz respeito aos estudos linguísticos no âmbito do texto. Embora a transcendência de seu pensamento em relação à enunciação (e até mesmo à linguística *stricto sensu*) fosse por vezes merecidamente reconhecida por seus estudiosos, ela resumia-se apenas a isso, a um mero reconhecimento: Benveniste falou de muita coisa, mas o que dele nos interessa é a enunciação, ou melhor, as marcas da enunciação no enunciado.

Atualmente, o que se percebe é que algo mudou no estado da arte. Não só passamos por um alargamento epistemológico da teoria enunciativa, como também reconhecemos hoje a enunciação como sendo apenas uma dentre as temáticas através das quais Benveniste formula, como ele mesmo afirma no primeiro parágrafo de seu prefácio de *Problemas de linguística geral I*², “o grande problema da linguagem”. Não se trata de uma minimização da importância dada à enunciação nos estudos empreendidos por Benveniste. O mais correto é falar de um redimensionamento. Assim, concordo com Flores (2017) quando este afirma que “há uma grande diferença entre considerar que há, em Benveniste, uma teoria da linguagem que supõe a noção de enunciação e considerar que a teoria da enunciação é o centro do pensamento de Benveniste” (FLORES, 2017, p. 80).

Com efeito, o que as atuais leituras de Benveniste têm mostrado é que, até mesmo nos seus textos mais “canônicos” voltados para a enunciação (considero aqui a segunda e a quinta parte dos *PLGs*, a saber, “A comunicação” e “O homem na língua”), encontramos indícios de uma reflexão que vai muito além do fenômeno enunciativo propriamente dito. Talvez o maior exemplo disso seja o texto *Da subjetividade na linguagem* (1958), no qual Benveniste coloca a linguagem e o homem em uma relação mutuamente constitutiva, mostrando, através da análise da categoria de pessoa (uma das noções centrais da teoria enunciativa), que “é na linguagem e

² Os dois volumes de *Problemas de linguística geral* serão, a partir de agora, referenciados como *PLG I* e *PLG II*.

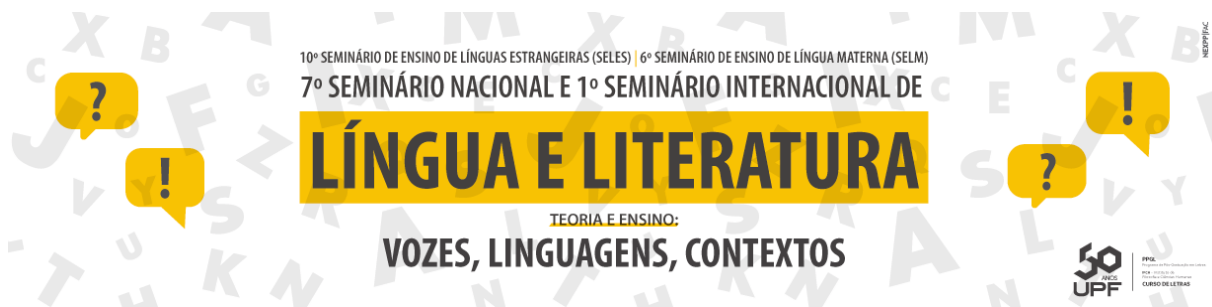


pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (PLG I, p. 286, grifo do autor). As relações opositivas que as formas pronominais “eu-tu/ele” estabelecem entre si são, para o linguista, uma condição fundamental da linguagem, “cujo processo de comunicação [...] é apenas uma consequência totalmente pragmática” (*ibid.*), e “cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções” (*ibid.*). Como evidenciaria dez anos mais tarde o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), as consequências de tal princípio possuem de fato um alcance muito amplo. Será a partir do mecanismo linguístico da *pessoa* que o linguista afirmará, em sua análise das relações entre língua e sociedade, que “a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade” (PLG II, p. 98).

Podemos, com isso, tirar duas conclusões preliminares a partir do que foi dito até aqui, as quais servirão de premissas para o presente trabalho: a) A reflexão de Benveniste é de uma amplitude teórica que, embora suponha sempre a enunciação, não se deixa limitar ao estudo desta; b) Mesmo nos textos em que Benveniste trata mais especificamente de questões relacionadas à enunciação, temos a impressão de que ela figura sempre como o ponto de partida para problemas de ordem mais ampla. Ora, o título dado aos dois volumes de *Problemas de linguística geral* não tem a palavra “problemas” por acaso.

É essa dupla constatação, cada vez mais evidente, que nos leva a reforçar a ideia de que há, em Benveniste, um princípio geral que perpassa toda sua produção intelectual, o qual Flores (2013) sintetiza na forma de um axioma: “o homem está na língua” (FLORES, 2013, p. 43). É tal princípio, de caráter profundamente antropológico, que leva alguns estudiosos da atualidade a defender a existência de uma “antropologia da linguagem” em Émile Benveniste.

A decisão de dar início à apresentação a partir desse preâmbulo “epistemológico” cumpre uma justificativa importante: o estudo aqui realizado pressupõe a tomada do pensamento benvenistiano à luz de seu aspecto antropológico, o que torna necessário um esclarecimento prévio – ainda que sucinto – do tema. Assim, uma vez considerada a amplitude teórica de Benveniste, e partindo da premissa fundamental de que há, no conjunto de sua obra, um princípio de base antropológica que perpassa toda sua reflexão, tomo como a temática desta comunicação uma das formas possíveis de se olhar para esse aspecto antropológico. Refiro-me, mais precisamente, à reflexão que se vê elaborar, em muitos dos textos de Benveniste (diversos tanto em questão de temática quanto de época de publicação), acerca da relação entre língua e sociedade.



Realizo, portanto, uma breve leitura do pensamento benvenistiano guiada a partir do artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, estudo de 1968 no qual vemos o linguista tratar do assunto de maneira mais direta, buscando averiguar em que medida a problemática acerca da relação entre língua e sociedade permite subsidiar uma perspectiva possível para a análise linguística. Efetuo, em um primeiro momento, uma revisão muito breve de como a relação entre língua e sociedade é abordada no texto em questão, para então analisar como essa visão de língua e sociedade se manifesta na descrição linguística de Benveniste. Por fim, questiono sobre o alcance teórico dessa reflexão para a análise linguística como um todo.

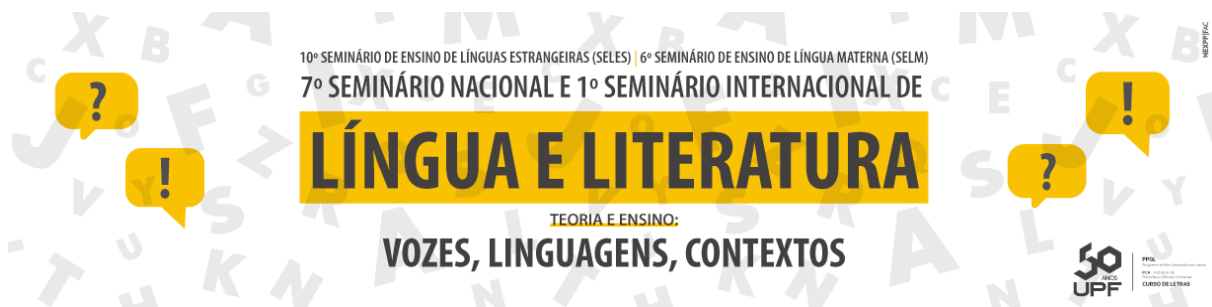
Cabe ressaltar que a leitura aqui desenvolvida não é de caráter exaustivo, isto é, não tem como finalidade dar conta da totalidade de nenhum dos textos aqui trazidos, muito menos do pensamento geral deste brilhante linguista (se é que isso é possível). Trata-se de uma leitura que me é pessoal, e que se configura como o tema em desenvolvimento em minha tese de doutorado.

2 LÍNGUA E SOCIEDADE: UM VIÉS SEMIOLÓGICO

Benveniste inicia seu texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) por um dado da evidência, de caráter essencialmente antropológico e em clara relação com o texto *Da subjetividade na linguagem*, de 1958. Diz ele: “A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro” (*PLG II*, p. 93). No entanto, dessa relação de necessidade entre homem e linguagem, característica do texto de 1958, decorrerá uma constatação ainda mais ampla:

A partir desse momento, a sociedade é dada com a linguagem. Por sua vez, a sociedade só se sustenta pelo uso comum de signos de comunicação. A partir desse momento, a linguagem é dada com a sociedade. Assim, cada uma destas duas entidades, linguagem e sociedade, implica a outra (*ibid.*).

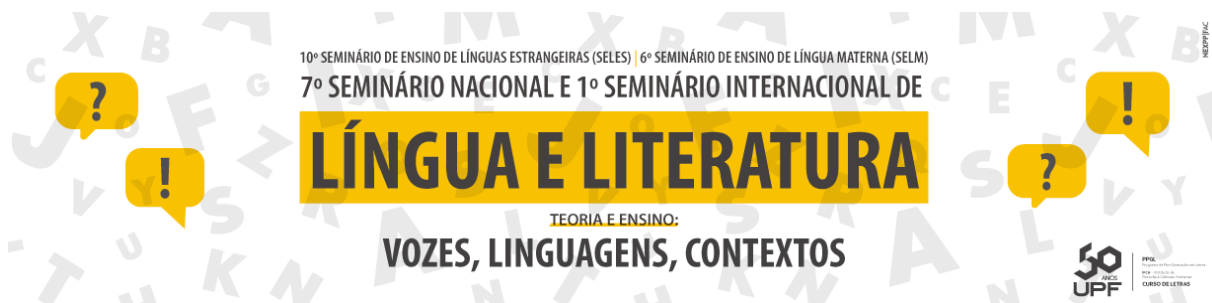
Podemos concluir, só com base na passagem acima, que essas duas entidades, língua e sociedade, encontram-se em uma relação de implicação mútua e que, tal como acontece na relação entre homem e linguagem, não podemos imaginar uma sem a outra. Uma tal conclusão poderia nos levar a crer que fosse possível estabelecer, entre a estrutura de uma e de outra,



correlações unívocas e constantes. Entretanto, Benveniste demonstra, através de uma breve revisão de estudos dessa ordem, que, se por um lado, língua e sociedade são entidades que estão intimamente ligadas, por outro, não se verifica entre elas uma relação de isomorfia a nível estrutural: “não existe correspondência nem de natureza nem de estrutura entre os elementos constitutivos da língua e os elementos constitutivos da sociedade” (*ibid.*, p. 95), ele conclui. Isso se evidencia através do fato de que línguas de estrutura muito semelhante são encontradas em sociedades muito diferentes entre si, e também pelo inverso; sociedades semelhantes fazendo uso de línguas de estruturas muito distintas. Da mesma forma, a evolução histórica parece nos distanciar de uma possível correlação estrutural, uma vez que língua e sociedade evoluem separadamente e em velocidades distintas, sendo a estrutura da língua sempre mais estável em relação às transformações da sociedade.

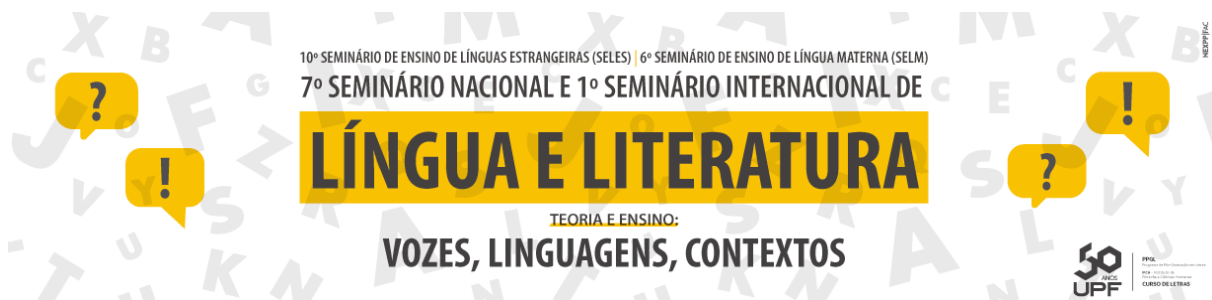
Benveniste diz que é preciso, antes de tudo, “assinalar e corrigir uma confusão que é cometida entre duas acepções do termo língua e do termo sociedade, respectivamente” (*ibid.*, p. 95-96). Trata-se, segundo o linguista, de separar, tanto na língua quanto na sociedade, um *nível histórico* e um *nível fundamental*. No nível histórico, estão língua e sociedade enquanto dados empíricos, particulares (língua russa, língua chinesa, língua francesa de um lado, sociedade russa, sociedade chinesa, sociedade francesa de outro). No nível fundamental, está a sociedade “como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” e a língua “como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (*ibid.*, p. 96). As conclusões levantadas por Edward Sapir e demais estudiosos sobre a não-correspondência de estrutura e de natureza entre língua e sociedade seriam resultado de comparações entre língua e sociedade em nível histórico, ou mesmo na completa ignorância de uma tal distinção. Benveniste não discorda de tais constatações, mas observa que elas constituem, nas palavras dele, “um ponto de vista um pouco sumário que é preciso ultrapassar” (*ibid.*, p. 95). Essa ultrapassagem se dará, portanto, a *nível fundamental*, ponto de vista através do qual o linguista vê a possibilidade de se estabelecer homologias entre língua e sociedade.

Tomando então língua e sociedade na sua acepção fundamental, Benveniste se pergunta: “Então como poderemos supor a relação da língua e da sociedade para esclarecer pela análise de uma (a língua), a análise da outra (a sociedade)?” (*ibid.*, p. 97). Podemos ver, logo nesta pergunta, evidências de um princípio de método que merece cuidadosa atenção: supor a relação entre língua e sociedade implica necessariamente em analisar a sociedade *através da análise da*



língua. Benveniste afirma no parágrafo seguinte: “Estamos considerando aqui a língua somente como *meio de análise da sociedade*” (*ibid.*, grifos meus). O que significa colocar a relação nesses termos? Pensar a sociedade através da análise da língua significa, para o linguista, tomar “língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado” (*ibid.*). A relação entre as duas entidades não se dará a nível de estrutura, como faz sugerir o título do texto; ela será de ordem *semiológica*. Trata-se, portanto, de olhar para a sociedade através do prisma da língua, o que significa, em última instância, em olhar para a sociedade *na língua*. Eis aí uma outra perspectiva da presença do “homem na língua”. Perspectiva essa que se instaura sobre um princípio fundamental: o princípio de *interpretância*. Embora não compareça textualmente em no artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, é possível ver nele a elaboração do princípio de “interpretância” da língua, o qual será o grande operador da reflexão de Benveniste em *Semiologia da língua* (1969), ainda que não se trate exatamente da “*relação de interpretância*” tal como a vemos neste último texto. O que está em jogo aqui é olhar para o modo como a sociedade encontra seu fundamento no interior da língua, e não para a relação entre sistemas de signos, como Benveniste o faz no texto de 1969.

A aproximação efetuada por Benveniste entre língua e sociedade a partir de um ponto de vista semiológico, ou seja, a partir de uma relação de interpretante com interpretado, leva-o a formular duas “proposições conjuntas”. São elas, nas palavras do linguista: “*Em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade*” (*ibid.*, grifos meus). O primeiro ponto a se notar em relação a essas duas proposições é a aparente contradição entre elas. Ora, tomar a língua enquanto “interpretante” da sociedade nos levaria a supor, em um primeiro momento, que língua e sociedade são entidades pré-existentes e independentes uma da outra, cabendo ao elemento língua dar sentido ao elemento – externo e já constituído – sociedade. Como relacionar isso com a ideia de que a língua *contém* a sociedade? Benveniste é aqui de um brilhantismo absoluto, e fica evidente, através de sua formulação à primeira vista contraditória, todo o aspecto antropológico que subjaz a sua perspectiva acerca da linguagem: ele faz da segunda proposição a própria *justificativa* da primeira. A língua é o interpretante da sociedade *justamente porque* ela contém a sociedade. Ou seja, “interpretar” aqui está muito além de simplesmente determinar o significado de algo já existente. “Interpretar”, na acepção semiológica, diz respeito a uma tarefa que é dupla e



simultânea; a língua *significa* e, ao fazê-lo, ela *cria*. Assim, o papel da língua enquanto interpretante é, nas palavras de Benveniste, “inicialmente e do ponto de vista puramente literal *fazer existir o interpretado e transformá-lo em noção inteligível*” (*ibid.*, p. 98, grifos meus). Desde esse ponto de vista, a conclusão não poderia ser outra: “A sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua” (*ibid.*). Se a língua *contém* a sociedade, é porque é somente *na* língua e *através* da língua que a sociedade se torna possível.

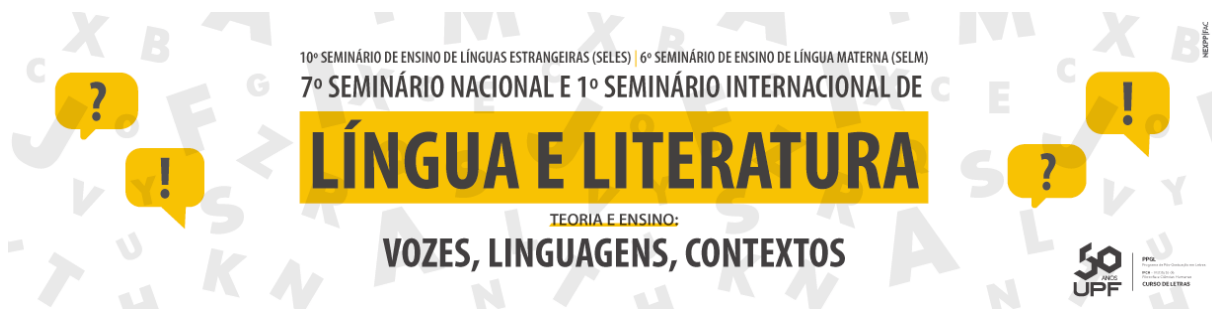
Portanto, no texto de 1968, a noção de interpretância da língua parece estar em uma relação muito próxima com a formulação “a língua contém a sociedade”. Se a língua é o interpretante da sociedade, é porque a sociedade supõe a língua, estabelecendo-se nos moldes desta. Assim, a interpretância da língua parece atuar, aqui, mais como um *princípio metodológico* do que como um tipo de relação dentre outros, tal como acontece no texto de *Semiologia da Língua*, ainda também lá podemos deduzir um princípio de interpretância em sentido mais amplo. Sob esse aspecto, a formulação *a língua contém a sociedade* constitui um axioma de base da mesma envergadura de *o homem está na língua*, podendo ser tomado como o princípio metodológico de uma linguística fundada na relação entre língua e sociedade.

A pergunta que imediatamente advém da consideração acima é: Como se operacionaliza o axioma *a língua contém a sociedade*? Em outras palavras, que operadores permitem a Benveniste analisar a sociedade através da análise da língua? Ou ainda, se a análise é sempre linguística, que elementos da língua permitem mostrar que a língua contém a sociedade? O que passarei a mostrar agora é como este princípio é constitutivo das análises descritivas de Benveniste, tomando como exemplo o texto *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970).

3 LÍNGUA E SOCIEDADE NA DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA DE BENVENISTE

No texto *Dois modelos linguísticos da cidade* (1970), Benveniste parte justamente de uma problematização acerca da relação entre língua e sociedade – muito próximo aos moldes do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968) – para analisar a gênese da palavra “*citê*” [cidade]. Diz ele:

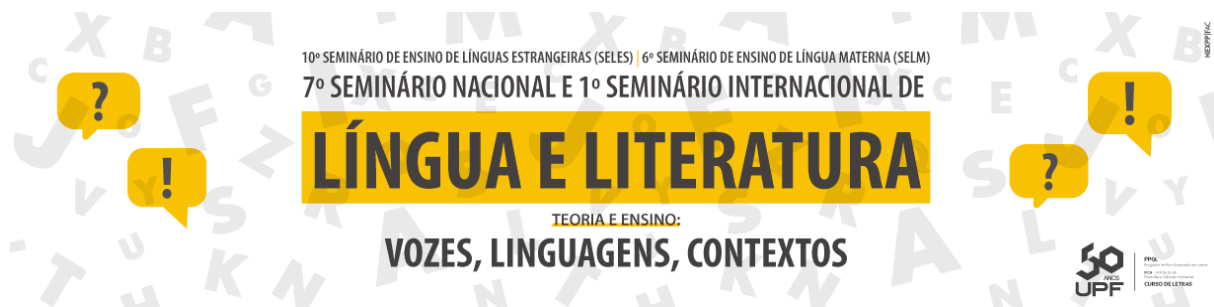
No debate incessante sobre a relação entre língua e sociedade limitamo-nos geralmente à visão tradicional da língua como espelho da sociedade. É preciso



desconfiar muitíssimo desse gênero de imagens. Como poderia a língua ‘refletir’ a sociedade? Essas grandes abstrações e as relações, falsamente concretas, em que as colocamos juntas, produzem apenas ilusões ou confusões (PLG II, p. 278).

O linguista, em sua análise comparativa da palavra *citē* [cidade], mostra que, se por um lado o termo “cidade” das línguas neolatinas está ligado lexicalmente ao termo *civitas* do latim, por outro, o *modelo de derivação* (ou seja, a relação entre um termo de base e um termo derivado) que tais línguas assumiram foi o da língua grega, sendo *citē* [cidade] o termo primeiro e *citoyen* [cidadão] o termo derivado, inversamente ao que ocorre em latim, em que é *civis* [cidadão] que dá origem ao termo *civitas* [cidade]. Tal análise demonstra que, por trás da aparente facilidade e clareza em remeter lexicalmente “*citē*” a “*civitas*” tal como a comparação genética geralmente é feita, esconde-se na verdade um problema que, se examinado de perto, permite evidenciar *dois modelos de cidade distintos, ou seja, duas formas de organização social que divergem profundamente em seus princípios*. No modelo de derivação do latim, o termo primeiro é *civis*, cuja tradução mais aproximada seria, segundo Benveniste, a de “concidadão”, uma vez que *civis* designa, muito antes da condição de pertencimento do homem a uma cidade, uma condição de reciprocidade de um homem em relação a outro homem. Ora, Benveniste constata, através dos empregos da palavra *civis* em textos e dicionários latinos, que o termo se constrói frequentemente em conjunto com um pronome possessivo (*civis meus*, *civis nostris*), o que demonstra que ele possui, muito antes de uma designação objetiva, um *valor recíproco*: “[...] é *civis*, para mim, aquele de quem eu sou *civis*. Daí *civis meus*” (PLG II, p. 280). Portanto, só existiria *civis* diante de outro *civis*. Nas palavras do linguista: “Não existe, pois, *civis* fora desta dependência recíproca. É-se *civis* de um outro *civis* antes de ser *civis* de uma certa cidade” (*ibid.*, p. 283). É dessa noção inter-humana de *civis* que deriva *civitas*, termo abstrato que designa, portanto, uma coletividade: “o ‘conjunto dos *cives*’” (*ibid.*, p. 283, grifo do autor). A ordem social seria aqui, assim, a de cidade enquanto produto de uma coletividade de homens em relação recíproca de “concidadania”. No modelo de derivação do grego adotado pelas línguas neolatinas, a relação é inversa:

[...] o dado primeiro é uma entidade, a *pólis*. Esta, corpo abstrato, *Estado*, fonte e centro da autoridade, existe por si mesma. Ela não se encarna nem num edifício, nem numa instituição, nem numa assembleia. É independente dos homens, e sua única sede material é a extensão do território que a fundamenta (*ibid.*, p. 285)



De *pólis* deriva o termo *polítēs*, designando por sua vez um estatuto de pertencimento à *pólis*. Volto a citar Benveniste:

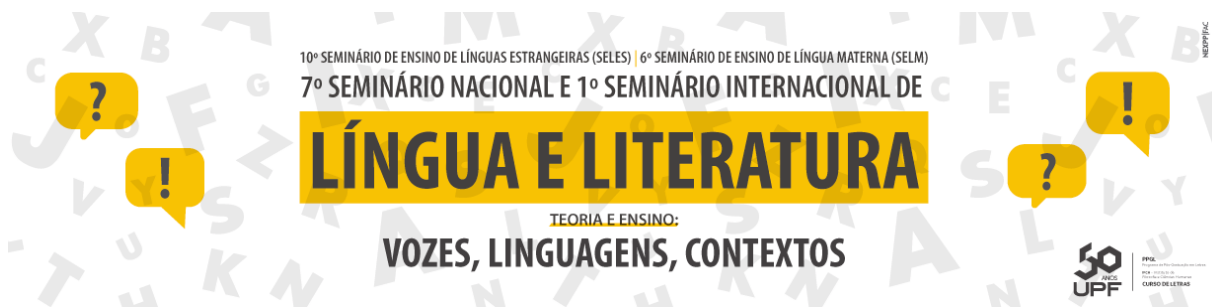
[...] é *polítēs* aquele que é membro da *pólis*, que dela participa de direito, que recebe dela encargos e privilégios. Este estatuto de participante em uma entidade primordial é algo de específico, ao mesmo tempo referência de origem, lugar de pertença, título de nascimento, condição de estado; tudo emana dessa condição de dependência da *pólis*, necessária e suficiente para definir o *polítēs* (*ibid.*).

Portanto, e em resumo, se o modelo de derivação do latim nos permite ver um modelo de ordem social no qual a cidade figura como resultado coletivo de homens em relação de reciprocidade, o modelo de derivação do grego permite ver a cidade como entidade primordial e autônoma que confere aos homens seu estatuto de pertencimento. No primeiro caso, “cidadão” diz respeito à relação do homem com outro homem, sendo um concidadão do outro; da coletividade dessas relações, surge a “cidade”. No segundo caso, “cidadão” diz respeito à relação de dependência do homem com a cidade a qual pertence; desta cidade, tomada como entidade abstrata primordial, surge o “cidadão”. Nas línguas ocidentais, foi o modelo de derivação grego que sobreviveu, e mesmo nas línguas neolatinas, as quais se valeram, em sua construção lexical, do termo latino *civitas*, este constitui sempre o termo primário, e não mais secundário.

O que essa brilhante análise de Benveniste, a qual conjuga de maneira magistral o estudo comparado e a linguística geral, permite exemplificar é justamente o caminho semiológico que o linguista adota em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968): “Estamos considerando aqui a língua somente como meio de análise da sociedade” (*PLG II*, p. 97). Prova disso é a constatação a que Benveniste chega ao final de sua análise:

Estas duas noções, *civitas* e *pólis*, tão vizinhas, semelhantes e, por assim dizer, intercambiáveis na representação que delas dá o humanismo tradicional, constroem-se na realidade ao inverso uma da outra. Esta conclusão, fruto de uma análise interna, deveria ser o ponto de partida de um novo estudo comparado das próprias instituições (*ibid.*, p. 286).

Vemos se desenhar aí uma nova possibilidade de análise linguística, fundada nessa estreita relação entre língua e sociedade. O que fica claro, portanto, é que, desde esse ponto de vista, analisar a sociedade só é possível através da análise da língua, uma vez que a sociedade enquanto tal ganha sua organização no interior da própria língua. Não é à toa que o título do

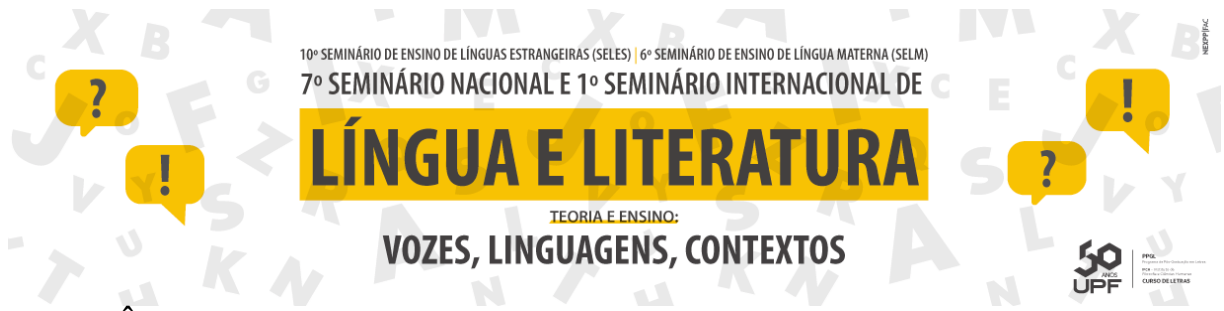


estudo em questão é justamente *Dois modelos linguísticos da cidade*; trata-se de duas noções de cidade, cujo fundamento está atrelado a dois processos distintos de derivação linguística, ou seja, um fundamento que se origina no interior da própria língua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei, ao longo deste trabalho, realizar uma leitura do pensamento benvenistiano acerca da relação entre língua e sociedade à luz do artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), buscando averiguar em que medida essa reflexão nos permite vislumbrar uma possibilidade teórica para a análise linguística. A grande questão que a revisão sumária desta problemática e sua constatação em um texto descritivo de Benveniste evocam é: Podemos conceber os trabalhos benvenistianos de análise linguística (em especial os do léxico e de reconstrução semântica) como o “laboratório” no qual se vê a possível construção de uma linguística na qual os termos língua e sociedade estão indissociavelmente implicados? Se sim, podemos pensar a reflexão efetuada pelo linguista no texto de 1968, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, como uma espécie de constatação de estudos descritivos de língua, nos quais a relação entre língua e sociedade se deixa evidenciar? Em suma, é cabível tomarmos a visada semiológica compreendida no axioma “a língua contém a sociedade” como uma conclusão de ordem geral advinda de questões de ordem específica de línguas? Em caso afirmativo, a hipótese a que chego é a de que se pode olhar para os estudos descritivos de línguas como o lugar onde a reflexão benvenistiana sobre a relação entre língua e sociedade se elabora.

No entanto, é errôneo supor que o artigo de 1968 constitua unicamente um texto de conclusão. Tão importante quanto a constatação da natureza semiológica da relação entre língua e sociedade, o aspecto prospectivo desta abordagem para a análise linguística constitui um ponto fundamental de meu estudo. Trata-se, neste caso, de demonstrar o quão frutuosa é a dimensão que se abre para o estudo da língua em sua relação com a sociedade. Como se atualiza o axioma “a língua contém a sociedade” a partir da reflexão iniciada por Benveniste? Que possibilidades de análise essa perspectiva permite abrir para o estudo da língua? São essas indagações que nortearão minha investigação a partir deste trabalho, e é com elas que encerro esse estudo.



REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola, 2017.